



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0024833-97.2004.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Execução Fiscal - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Requerente: **Servico Autonomo de Agua e Esgoto Saae**
 Requerido: **Comp Hab Popular de Bauru e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de exceção de pré-executividade oposta pela **COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU-COHAB/BAURU** contra o **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO CARLOS - SAAE**.

Alega a excipiente, em suma, sua ilegitimidade passiva, uma vez que a dívida ativa se refere às tarifas de água e esgoto, serviços esses prestados aos compromissários do imóvel, José Carlos de Francisco e Eva Aparecida Aissa de Francisco (fls. 82/88).

Em resposta, o excepto pediu a extinção do feito em relação à excipiente, com fundamento no artigo 26 da Lei 6.830/80, reiterando o pedido de bloqueio de eventuais veículos em nome da executada Eva Aparecida Aissa de Francisco (fls. 91).

É o relatório.

Fundamento e decido.

Passa-se ao julgamento imediato deste incidente – nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil –, em razão de sua própria natureza voltada à análise de questões jurídicas que dispensam a dilação probatória.

A súmula nº 393 do Superior Tribunal de Justiça estabelece que “a exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória”.

A exceção em tela preenche tais requisitos, eis que veicula matéria conhecida de ofício (reconhecimento de ilegitimidade passiva) e que não depende de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

produção probatória, uma vez que incontroversa quando reconhecida pelo excepto.

De qualquer forma, o débito cobrado se refere a contrato de prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto, que se estabelece entre a autarquia e o consumidor do serviço, recaindo sobre este a obrigação de pagar a respectiva tarifa.

Nesse passo, há de ser acolhida a presente exceção, declarando-se a ilegitimidade passiva da excipiente, COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU- COHAB/BAURU.

Ante o exposto, **acolho** o pedido objeto desta exceção de pré-executividade, para o fim de reconhecer a ilegitimidade passiva da excipiente e **julgar extinta** a execução em relação a ela, com fundamento no artigo 485, inciso VI, do CPC, fazendo-se as retificações e comunicações necessárias.

Prosseguirá a execução apenas em face da compromissária compradora.

Condeno o excepto ao pagamento dos honorários que fixo, por equidade, em R\$ 400,00 (quatrocentos reais), sendo isento de custas, na forma da lei.

Defiro o bloqueio de eventuais veículos existentes, em nome da executada Eva Aparecida Aissa de Francisco, por meio do Renajud.

P.I.

São Carlos, 05 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**